

PT entra com ação contra novo trem da alegria

O PT vai entrar no Supremo Tribunal Federal com uma ação de inconstitucionalidade contra o "trem da alegria" aprovado na última quarta-feira pela Câmara Legislativa do DF. A proposta aprovada foi encaminhada pelo GDF à Câmara e prevê a contratação de 248 servidores para cargos comissionados das administrações regionais do Plano Piloto e Guará, com custo mensal de R\$ 38,6 mil.

O deputado Pedro Celso (PT) afirma que a ação se baseará na lei que proíbe contratações e demissões 180 dias antes das eleições. "A Medida aprovada pela lei fere a Constituição, além de ser eleitoreira", avaliou. Já o deputado Fernando Naves (PP) defende as contratações afirmando que elas fazem parte do projeto de reestruturação do GDF. "Todas as administrações tinham ampliado seus quadros há alguns meses. Faltavam apenas as do Plano Piloto e Guará, porque os administradores já estavam tendo dificuldades". Segundo ele, o projeto não fere a lei, porque é permitida a contratação de funcionários para cargos comissionados em qualquer

época.

A deputada e candidata ao Buriti, Maria de Lourdes Abadia (PSDB), acusou a aprovação das contratações de ser eleitoreira e desnecessária porque as administrações já estão cheias de funcionários. "Quando fui administradora de Ceilândia havia muito menos funcionário por número de habitantes do que há hoje. Se havia esta necessidade de pessoal, por que não foram contratados há três anos?". Segundo ela, deveria ser priorizada a modernização da máquina administrativa com a informatização e o treinamento de pessoal que já faz parte do quadro.

O deputado Fernando Naves contesta Abadia, afirmando que não há pessoal suficiente nas administrações para o trabalho de fiscalização e controle financeiro. "O novo pessoal será empregado nestas funções", explicou. Segundo a deputada Rose Mary (PP), que também defende as contratações, o PT tem direito de entrar com ação de inconstitucionalidade, porque é oposição a todas as ações deste governo.